

Passamos por muitos lugares para chegar até aqui.

1. Conjuntura

Reconhecemos em presença de uma conjuntura nova. Nova no sentido de que ela marca diferenças muito grandes com relação ao momento anterior. Esse novo revela:

- . a presença de um movimento popular dinâmico e com novas formas de expressão;
- . a presença de inúmeras propostas políticas querendo catalizar e dar rumos a esse movimento;
- . a iniciativa do Estado no remanejamento da vida política do país instrumentalizando a passagem da repressão incontrollável à institucionalização controlável, ou seja, a abertura democrática;
- . uma economia instável e doente de inflação;
- . a projeção da Igreja no desempenho de um papel político muito significativo.

A grande questão é como nós nos posicionamos dentro desse novo: Como que a nossa proposta e atuação poderiam traduzir a compreensão do momento e uma perspectiva de contribuição ao movimento popular.

2. Nós e as propostas políticas atuais

Começamos por dizer que reagimos à atual investida das organizações políticas junto ao movimento popular mas não aceitamos nos definir pela negativa. Reagimos às propostas prontas: as que têm ponto de partida, caminho e ponto de chegada, grosso modo, estabelecidos. Não aceitamos a conquista do movimento popular (suas bases organizadas e organizáveis), o seu enquadramento num conduto político partidário e a tomada do poder de Estado como condição única da transformação da sociedade.

Pomos em dúvida o caráter revolucionário dessa orientação questionando:

- . a interferência na autonomia/condução do processo pela classe expropriada;
- . as possibilidades de exercício democrático oferecidas por um partido político, tal como classicamente ele se reproduz (centralismo democrático/centralismo burocrático), e tal como o condiciona a legislação burguesa que o autoriza.
- . o Estado como organismo catalizador e reproduzidor de todo poder da sociedade.

Em contraposição, é possível esboçar uma outra análise, um outro posicionamento. Incipiente ainda e, portanto, frágil. Tanto que não tem linguagem própria para se expressar. Pede palavras emprestadas de outros discursos e isso confunde o seu nível de explicitação possível.

O que se quer é não incorrer nos mesmos erros históricos por falta de crítica e aprendizagem de experiências já vividas. O outro lado disso é o re-entendimento da complexidade de um processo de transformação social.

3. O esforço de re-entendimento

Na busca desse re-entendimento o nosso interesse se prendeu no debate de alguns núcleos de questionamento:

- . a questão política
- . a transformação da sociedade
- . a dinâmica do movimento popular
- . a autonomia e condução do processo de transformação pelas camadas populares.

a) a respeito da questão política:

Falamos mais ou menos assim.

Na sociedade não existe um lugar específico onde o político se dá. Parece

que a questão política está referida ao exercício de poder. O exercício de poder está presente nos diferentes pontos da rede social. Entendendo a sociedade como um tecido em que uns pontos estão amarrados aos outros e essa amarração é que dá ao tecido uma existência e uma totalidade. Esse é um recurso à analogia para dar uma visualização diferente da sociedade pirâmide, hierárquica, funcional, onde o poder está em cima.

Dizer que todas as práticas têm uma dimensão política parece que não expressa bem a realidade. Seria como dizer que elas têm várias zonas ou pedaços que não são políticas e uma que é política. Melhor seria dizer que, do ponto de vista de quem olha a sociedade interessado em compreender (porque a sociedade pode ser olhada para várias coisas) a sua organização, os seus mecanismos de funcionamento, a engrenagem das forças sociais que reproduz, recria ou transforma a organização da sociedade (padrões de convivência e formas de apropriação e uso dos recursos existentes ou potenciais), todas as práticas participam dessa articulação (nada está solto, tudo está relacionado). Ou seja, todas as práticas sociais são políticas. Elas são regidas pelo jogo de forças presente (não são pela força dominante, verticalmente, mas condicionadas pela correlação de forças) e elas interferem nessa dinâmica. Incorporam e desempenham o político, queiram ou não, produzindo modificações, confirmando ou transformando a correlação de forças existente, pelo fato mesmo das relações que as pessoas estabelecem entre si para fazer alguma coisa ou não fazer determinadas coisas.

As relações entre as pessoas e os grupos que realizam determinada prática social concretizam opções com respeito à estrutura de poder existente (ou reproduzem, quer dizer, confirmam o existente ou engendram novas formas de poder). Essa opção pode ser consciente, explícita e deliberada, ou não. Simplesmente reprodutiva na sua vivência, dissimulada, imperceptível. Mas sempre há algo de positivo (não neutro), que está sendo vivenciado com re-

lação à organização social existente, de modo submisso, permissivo ou agressivo (postura da oposição, seja oposição ao que está nascendo seja o posição ao que é dominante).

É preciso considerar que a nível micro existem determinadas práticas que pelo objeto que trabalham e as relações sociais que comportam em seu processo de trabalho estão mais imediatamente concernidas no e pelo jogo de poder que diz respeito à sociedade como um todo. Por ex. a greve dos metalúrgicos, que afeta diretamente a ~~xxxi~~ relação capital/trabalho, tem repercussões mais imediatas ao nível do exercício de poder global.

Mas nem todas as práticas são implantadas para obter resultados políticos. Organizam-se com outras intencionalidades. Todas as práticas, porém, produzem resultados políticos. Não quer dizer que a intencionalidade garanta que o resultado político obtido tenha uma interferência decisiva no jogo de forças reinante. Isso depende de outros fatores externos à intenção.

O político é inerente a todas as práticas sociais. A prática social não é identificada pelo político mas pelo seu objeto específico de trabalho. A especificidade de uma prática social reside no seu objeto de trabalho (p.e. o conhecimento). Não é pelo fato de todas as práticas sociais serem políticas que elas são todas iguais entre si. Não é o específico da prática ser política. O político é o comum, é o universal, é o de que todas participam. Daí se poderia dizer que prática política específica não exista?

A respeito do exercício de poder muita coisa há por esclarecer e aprofundar. Por exemplo: as articulações e o funcionamento do poder a nível macro, a articulação micro/macro, e relações de poder propriamente ditas.

b) A transformação da sociedade

Embora a questão do Estado reste a ser analisada num outra ótica, não se podendo minimizá-la quando se trata da transformação dessa sociedade, há

um dado, historicamente adquirido, que parece não deixar margem a dúvidas: não é a tomada do aparelho de Estado que garante a transformação revolucionária da sociedade. Daí passamos a afirmar que a transformação revolucionária da sociedade não se dá pela "simples (?) tomada do poder de Estado. Mas progressiva e/ou violentamente pela criação/luta/ocupação dos espaços de poder/liberdade no interior da sociedade pela classe expropriada. A luta pelo poder de classe não é um objetivo, é uma condição para o exercício dos interesses da maioria. A tomada do poder de Estado, portanto, não é a transformação estrutural da sociedade. E pode até ser um acidente. O caráter revolucionário da transformação é dado pela qualidade das relações de poder que vão se instalando no lugar de outra qualidade de exercício de poder.

A luta de classe não pode ser reconhecida somente no nível explícito do confronto entre o capital e o trabalho mas em todas as situações em que o sistema deteriora ou distorce as condições de vida dos trabalhadores: tempo livre, expressão artística, expressão e elaboração do conhecimento, relações familiares, sistema de escolaridade, etc, e, sobretudo, nos entraves que coloca em termos de acesso às decisões que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida. Então não se pode avaliar o avanço da luta popular só no nível do confronto explícito. Em cada prática, em cada lugar onde, as formas de resistência, as formas de oposição e a contestação ao sistema, se instalam é aí também que se manifesta e se expressa a luta.

A aptidão dos grupos populares em reconhecerem e auto-revelarem o real contido de suas lutas já é, em si, uma forma de poder. As grandes lutas, de peso político mais decisivo em termos globais, não se dão espontaneamente mas pela acumulação de experiência e poder que se dá necessariamente a nível micro.

Em geral se atribui valor potencial a uma luta pelo grau de organização ou articulação adquiridos. A tendência à institucionalização da luta de classe é muito perigosa porque pode acarretar um mascaramento da autonomia do movimento popular. As organizações que produzem relações de poder compatíveis com os modelos de democracia liberal vão continuar a reproduzir esse modelo de relações. Salvo se elas forem, dialeticamente, recriando as suas formas de funcionamento e a sua função. Um partido político, um sindicato, uma federação de moradores, já estão estruturados conforme o modelo vigente. São a crítica a esse modelo e o estabelecimento de outras normas podem evitar a reprodução dos mecanismos de controle e exercício de poder.

Não que se tome o partido dos anti-partidos e anti-instituições mas que se esteja atento a que as instituições a que se fazem recurso não se proponham a controlar a criatividade e a expansão da capacidade popular de transformação. Senão vamos reconduzir o confronto para dentro de uma arena onde só a alguns é dado assumir o seu papel. A extensão do conflito que atravessa toda a sociedade passa então a ter uma existência confinada que não possibilita a sua apreensão e enfrentamento. É preciso não reprimir nem a classe nem o conflito. A luta se dá em extensão e profundidade e não somente no nível representativo dessa extensão e profundidade.

As formas de dominação e exploração atingem todos os domínios da vida e a destruição desses mecanismos tem que ser também enfrentada em todos esses domínios. Cada um desses enfrentamentos tem seu conteúdo de classe e cada tipo de enfrentamento engendra suas formas adequadas de organização. Porque domesticá-las? Não se está falando da pulverização da luta mas da globalidade da mesma.

A eleição de um partido político como a suprema forma de organização da luta política é um caminho já experimentado e os resultados já são bem conhecidos. Talvez esse conduto, tal como é proposto, seja adequado a uma tomada de poder por setores da sociedade que não são exatamente as camadas populares, mas que sem elas não é possível sequer ameaçar o poder instalado. Como que uma estrutura já de antemão modelada vai conseguir expressar lutas ainda não modeladas? Como que a pluralidade dos núcleos da resistência e oposição ao sistema se vão acondicionar nesse espaço único?

Tudo isso é decorrência de um modo de enxergar a História. Não é amanhã o dia da tomada do poder. É hoje. O poder não é como a posse de um imóvel que se desocupa com uma ação de despejo. É um processo, e se esse processo vai ter momentos de violência generalizada, de conflito aberto e armado é porque foi esse o caminho encontrado. Mas não somos futurólogos. Importa hoje. Não vamos instalar uma corrida pela condução do processo em nome das camadas populares: preparar quadros, formar lideranças, passar as nossas análises corretas antes de que outros menos respeitosos da autonomia do projeto de classe, o façam. A tutela ainda é o mal maior. Os camadas populares, de fato, conduzem a sua luta, decidem sobre o que é mais conveniente, garantem a autonomia do seu projeto, ou elas não merecem confiança dado o seu grau de alienação, de atraso político. No caso, nós precisamos politizar o processo e reassumimos "supletivamente" a condução do mesmo, transferindo a nossa perspectiva de poder, de luta, de sucesso, de saber, de democracia, até de desenvolvimento, para as lutas populares. Por medo que as camadas populares percam o bonde que nós já visualizamos em andamento? Ou nós? A história do conhecimento "dogmático" da classe média já criou muitos fatos.

É tempo desse "segmento intermediário" assumir a sua própria "significância"

política num processo de transformação que permita o afloramento e fortalecimento de um outro exercício de poder que sō os grupos populares podem oferecer, quer nōs o consideremos atrazados, alienados, ou avançados. Temos algo de muito importante a fazer junta juntos com os grupos populares nada a frente de ou em substituição a. Temos um saber e um poder a colocar a serviço do movimento popular, e em última análise a serviço de nōs mesmos, se ē que nōs estamos realmente interessados num outro tipo de sociedade. Isso torna desnecessário os complexos de superioridade e de inferioridade. (Voltemo!)

c) A dinâmica do movimento popular.

O que reconhecemos atualmente como movimento popular nō ē o resurgimento daquele que teria sido interrompido pelo golpe militar. Também nō se trata de algo que surgiu da abertura democrática do regime. O que aparece hoje jã estava existindo, no sentido de que nō começou assim de repente; porque senão teríamos que admitir o imobilismo de uma classe nos períodos de repressão exarcebada. Por outro lado, nem tudo o que estã existindo aparece (a dor da gente nō sai no jornal). O que se reconhece atualmente ē uma nova existência marcada por um tipo de exercício de poder que vem ultrapassando as normas institucionais (nos sindicatos, nas fábricas, nos partidos, etc).

A dinâmica do movimento popular se expressa nas várias formas de reação das camadas populares às imposições do sistema: como sobreviver, como resistir, como se opor. Essas reações sō identificáveis atã tanto em planos mais restritos como em situações de maior amplitude social. Quando se fala em movimento popular, portanto, nō se estã falando de algo abstrato como uma categoria de apreensão. Também nō se trata de uma estrutura orgânica disposta de mecanismos globais de comando, controle e articulação. Balan-se sobre a existência de situações, de manifestações, da criação de

Exemplo
desto é:
a maneira
como os
leões
vão ao
planalto
comida da
CHIANG

fatos muito concretos que assinalam a presença ativa de um contra-poder. Algumas dessas situações podem até ser classificadas de espontâneas, quer dizer, não programadas com antecipação. Mas todas elas estão inscritas numa disposição generalizada de não aceitar pacificamente que os interesses das elites dominantes se exerçam de modo incontrolável em detrimento da qualidade de vida das camadas populares.

As instituições, de um modo ou de outro, vinculadas ou criadas em função das lutas populares podem ser reconhecidas como a face institucional do movimento popular. Mas o movimento popular não é simplesmente constituído pelas forças que esses organismos representam acrescidos de suas respectivas áreas de influência. O movimento popular é algo muito mais vivo que ultrapasse as fronteiras de uma instituição. Ele se dá dentro e fora das instituições. A níveis diversos tem a expressão possível em condições dadas. Existe no dia a dia das camadas populares. Daí que ele é heterogêneo nas suas formas de resistência e oposição ao sistema: A busca de apreensão da dinâmica dos grupos populares é justamente a tentativa de compreender o processo de enfrentamento de classe em cada situação.

As instituições interferem na dinâmica do movimento popular seja no sentido de recuperá-la para dentro de si, seja no sentido de orientá-la numa direção mais ou menos definida, dependendo do seu tipo de proposta. O inverso também existe (da dialética da vida): o movimento de apropriação e uso pelas camadas populares dos espaços das instituições. E esse lado é pouco levado em consideração.

Todas as instituições media modelam o exercício do poder de acordo com o seu modelo. O que as diferencia é a forma como cada uma delas estrutura as relações de poder. O que importa, portanto, não são somente instituições mas o que está acontecendo dentro delas em termos de poder, o tipo de poder que está sendo exercido.

d) A autonomia e condução do processo de transformação pelas camadas populares.

A autonomia é uma noção chave (como disse Pedro) nesse nosso processo de re-entendimento. Ela tem que ver com as noções de liberdade, de participação e de democracia. Opõe-se: condução, subordinação, manipulação, tutela e representatividade nos termos em que ela se dá atualmente. Mas tudo é ainda muito escuro e corre-se o risco de uma idealização.

Em todo caso, seria alguma coisa diferente das regras do jogo de poder vivenciados na democracia burguesa. Busca-se o exercício de poder a nível de outra classe. Em princípio, autonomia é a liberdade de conduzir o processo de transformação por onde a experiência e análise feita pela classe apontam. Seria como se recusar a tocar os bombos de uma orquestra cuja regência não lhes é atribuída (imaginando aí a competição das esquerdas pela regência).

Autonomia para errar e para acertar nas decisões tomadas ("se o cara quer ir para o MDB, que vá pp! não somos babá de ninguém"). Autonomia para experimentar, para inventar, propor, analisar, expressar, agredir, conciliar, etc.

UNDAMENTAL

A autonomia da classe, apreendida a nível da experiência dos grupos e categorias populares e suas interrelações, é a condição para o afloramento de outras regras de poder, outro conhecimento, outra leitura do real, outra expressão cultural, outras normas sociais.

Pode-se dizer que nem todas as condições para o exercício dessa autonomia estão dadas. Elas teriam que ser, em muito, conquistadas. E tanto ou mais facilitadas quanto alguns se permitirem abrir o espaço que ocupam ou dispõem para que ela se dê, se exerça.

Se essa autonomia não se exercer, de onde virá então a nova qualidade das relações de poder, as novas formas de existência social? Não que isso este

já pronto, esperando o momento propício para ser revelado, ou que se esta-
 beleça sem conflitos. Afinal, o novo nasce do velho e o velho demora a
 morrer. O que importa são as condições de colocar em movimento, de modo
 vivenciado e o mais amplamente possível, a capacidade de transformação que
 reside nas camadas populares. Evidentemente não se está investindo numa
 sociedade de repente transformada (antes que eu morra), mas na apreensão
 dos elementos, ainda obscuros, a partir dos quais se possam estabelecer os
 novos rumos do processo social.

A autonomia não seria a concretização da "real consciência de classe" ou a
 iniciativa e responsabilidade pela e na defesa dos "reais interesses de
 classe". A autonomia colocar-se-ia na linha da iniciativa e responsabi-
 lidade do processo de criação/luta/ocupação dos espaços de poder pelos seto-
 res da classe e pela classe como um todo. Isso com base na explicitação
 dos seus interesses concretos, dentro das condições vividas e apreendidas
 pela classe, e com a compreensão que dispõe das possibilidades de
 transformação da sociedade. Qualquer consideração sobre o grau de avanço
 ou alienação das camadas populares pode correr o risco de ser uma suposi-
 ção e/ou idealização.

A condução do processo pelas camadas populares implica imediatamente no
 exercício de sua autonomia na elaboração e implantação do seu projeto de
 sociedade. O que não significa exclusão da participação de outros grupos
 sociais no fortalecimento desse poder de condução e desse poder de análise;
 mas só no sentido do fortalecimento da própria autonomia. Afinal não se
 trata de começar a História de novo.

4. A nossa proposta

O NOVA, enquanto grupo de "intelectuais de classe média", situa a sua principal produção de trabalho na faixa da educação popular. E pretende que a sua contribuição ao movimento popular possa se concretizar por essa inserção na área do conhecimento, dizendo ela respeito ao fortalecimento do poder (criação, apropriação e uso) das camadas populares, incluído no processo de criação, apropriação e uso do seu próprio conhecimento; e em oposição ao poder do conhecimento dogmático da "classe média" e às formas de exercício do poder inerentes ao sistema.

Com isso nós estamos explicitamente atribuindo um peso político ao conhecimento e especificamente atribuindo um peso político ao saber popular na transformação da sociedade. Isso implica em que nós tenhamos a maior clareza possível sobre a questão do saber popular e sobre as implicações das relações de poder com a prática de conhecimento.

Se é verdade que nenhuma prática social se passa sem que nela se estabeleçam relações íntimas inerentes à concretização dessa prática, temos que dizer que conteúdo e forma não se dissociam. Na prática do conhecimento, o conhecimento que é produzido e as formas com que as pessoas se organizam para produzi-lo, têm reciprocidade.

Assim, se nós falamos de saber popular temos que falar também das relações de poder que se estabelecem para que ocorra a expressão desse saber, sua apropriação, afirmação e sua elaboração. Em síntese, falamos das condições de autonomia desse saber e de suas implicações.

Temos ainda muito o que caminhar por essas estradas.

Em termos do saber popular o nosso interesse não se prende de modo delimitado ao saber "político" (que diz respeito à análise, crítica e posicionamento explícitos frente à sociedade) das camadas populares, mas a todo saber popular através do qual a classe afirma e usa o seu poder de resistên

cia e sobrevivência.

De um determinado ponto de vista, de qualquer lugar da sociedade em que os grupos populares expressem o seu saber, em detrimento ou apesar do saber das camadas dominantes, este é um fato político, um dado de afirmação da classe. Então, desse ponto de vista, o saber popular, na sua globalidade tem um conteúdo político. Objetiva-se "quebrar o sistema que não permite" a expressão e a elaboração populares.

Para não se cair no absoluto da existência de um saber popular puro, lembramos que ele foi e é gerado no contexto de uma sociedade burguesa com todas as suas contradições e ambiguidades. O saber popular não é o que imaginamos que ele deveria ser; ele é justamente o que é. O que importa mesmo salientar é a sua qualidade de saber que emerge de uma longa história de confrontos e malgrado todos os mecanismos em funcionamento que tentam inibi-lo.

Por pura lógica dialética o resultado dessa elaboração histórica tem que produzir outra análise e refletir outra experiência social ainda não conhecida. Daí, a educação popular trataria da emergência desse saber e não de ensinar às camadas populares como devem usar o seu poder e como devem se organizar/articular para a luta.

Aguarda os pontos 5 e 6.

5. O que rever na nossa experiência.....

Tendo em vista, de antemão, uma abertura para o que melhor possa contribuir no nosso campo de trabalho para reforçar a dinâmica do movimento popular, levantamos alguns aspectos que estão a merecer maior consideração:

* a apreensão da dinâmica dos grupos populares.....

A ênfase na dinâmica dos grupos populares implica em que a nossa referência fundamental é o tipo de poder que os grupos populares estão exercendo. Seja no nível micro, seja no nível macro.

Nem sempre, nas assessorias, é possível apreender a dinâmica dos grupos populares. Algumas vezes é o caso de tentar abrir a possibilidade de considerar essa dinâmica pelo (pelo menos aparentemente) não está contida na proposta do projeto educativo. Interroga-se então a própria proposta.

Percebe-se que as assessorias que se ocupam da apreensão da dinâmica dos grupos populares são extremamente ricas. Isso nos leva a considerar com muita seriedade, nas nossas atividades, a questão da aproximação das práticas dos grupos populares. Podendo essa aproximação ser vivenciada de vários modos. Como? Importa é diminuir a distância que hoje sentimos a respeito do que se passa a nível das práticas populares.

Parece que a percepção da dinâmica dos grupos populares se dá num aprendizado. Aprender a perceber algo extremamente complexo. Mas o fundamental a ser desvelado e melhor compreendido é o processo de enfrentamento e/ou a acumulação de forças (gestação) em cada situação. Que reações estão se criando face a circunstâncias concretas: modos de agir e reagir.

* as nossas relações com as instituições

Temos sido levados, na maioria das vezes, a trabalhar a nível das instituições e, por decorrência, com grupos e práticas heterogêneas. Aí nós nos perguntamos: nós somos um serviço às instituições, aos agentes ou às práticas dos grupos populares?

O interesse natural da instituição é viabilizar a sua proposta; e nós entramos como elemento que pode contribuir nessa viabilização. No entanto, temos verificado que, em boa dose, as propostas institucionais não estão orientadas para a contribuição na autonomia do movimento popular.

O caminho não seria bem o do rompimento com as instituições. Não há lugar para o anti-institucionalismo. Talvez fosse o caso de precisar bem, junto às instituições, que tipo de proposta carregamos conosco. Não se trataria de impor a nossa proposta ao longo das assessorias mas, pelo menos, deixar em aberto a possibilidade do confronto das propostas que por acaso se revelassem diferentes, e tentar esclarecer essas diferenças durante o processo de trabalho.

A questão da heterogeneidade dos grupos e das práticas nos leva também a repensar a assessoria. Em função de que se dá o encontro entre agentes e assessoria? Se é em função das práticas populares, o indicado seria estudar em que condições isso poderia ser concretizado: práticas homogêneas, ou grupos com a mesma prática e/ou equipes de trabalho que de fato tenham uma vida de trabalho em equipe; etc. As situações são diversificadas. Cada uma merece uma avaliação.

Urge nos defendermos da função que, sem querer, assumimos: a de ajudar na consolidação de grupos que não existem; há homogeneização de perspectivas conflitantes; de servir de conduto para a execução de plano institucional com os quais nem sempre concordamos; de ~~maximizarmos~~ moderadores da dinâmica de grupos não dinâmicos; de respaldo ao poder em exercício; e das inibições em que todas essas situações nos colocam.

Daí decorre que precisamos nos perguntar antes de deflagar qualquer compromisso de assessoramento:

- estamos dando assessoria a quem.....
 - e em que devemos centrar as nossas preocupações.
- * as nossas relações com os agentes.....

A proposta do assessor na assessoria é política: trata de reforçar a autonomia das camadas populares. Neste sentido, ouvindo (intervindo, analisando, etc) os relatos e debates que os agentes fazem acerca de suas práticas, busca reforçar (por via indireta, atingindo o agente) esta autonomia. Ou seja, busca que o agente se dê conta desta proposta de autonomia e reforce a sua prática nesta direção.

Reforçar a autonomia dos grupos populares (papel do agente) significa, pelos menos, abrir espaço para que os grupos populares exerçam essa autonomia. Sua participação (contribuição positiva) vai depender de circunstâncias específicas do trabalho que realiza; e sua intervenção será ditada pela sua sensibilidade em relação ao grupo com o qual trabalha. Sensibilidade que será maior ou menor dependendo da sua percepção da dinâmica dos grupos populares.

Isso também é, em parte, válido para nós quando se trata das relações assessor/agente. São que nesse caso, mesmo centrados na questão da autonomia e da dinâmica dos grupos populares nós estamos discutindo a nível daqueles que intervêm ou pretendem intervir nessa dinâmica. Estamos discutindo, ao mesmo tempo, sobre o modo como cada um compreende a transformação da sociedade e sobre o papel da educação popular nessa transformação, concretizados na prática analisada.

Um problema permanece pendente até que cheguemos a equacioná-lo melhor: nós trabalhamos com o que é filtrado pelo agente. A dinâmica real do que se passa a nível das práticas populares não nos é revelado em toda a sua extensão. Nós já dissemos que na assessoria o agente, algumas vezes,

relata fatos que desvelam aspectos da dinâmica popular. Fatos que são singulares e significativos. Não revela, no entanto, bem poderia, tudo o que cerca a sua narrativa (pessoas que não se envolveram, antecedentes, ocorrências "não importantes", alguns de seus erros de apreciação, etc). Revela, fundamentalmente, o resultado de um processo

* descomprometimento da assessoria como prática central do NOVA

Perguntamos: o que significa hoje dar assessoria? o que seria a assessoria como elemento de contribuição à educação popular? até que ponto a assessoria deveria permanecer como atividade básica?

Vimos, de modo espalhado e em várias ocasiões, que uma das coisas importantes que temos a fazer é contribuir no debate em torno do papel da educação popular na transformação da sociedade. Instalar, participar, e ampliar o debate.

Quando se valoriza o seminário, quer dizer que a assessoria não está sendo o melhor espaço para aprofundar esse caminho. Melhor dizendo, o tipo médio de assessoria que estamos realizando não tem oferecido oportunidades para responder a todas as necessidades que hoje se impõem à educação popular. A assessoria perde peso, por exemplo, quando estamos mais preocupados com o aspecto da elaboração. Ao mesmo tempo, por motivos que parecem muito óbvios, o tipo de assessoria local a equipes, continua se afirmando como indispensável.

Temos é que considerar também as nossas necessidades enquanto equipe ~~xxx~~ responsável por uma produção no campo da educação popular aliadas às necessidades atuais do movimento popular.

Como necessidades nossas, parecem tomar relevo:

- a questão do saber popular
- as relações de poder no interior da educação popular (assessors/agentes = agentes/grupos)
- a aproximação das práticas dos grupos populares.

* as novas necessidades do movimento popular (do ponto de vista da educação popular).

Salientamos;

- espaço de elaboração de saber. Expressão e uso do saber popular.
- exercício da autonomia; tipos de relações de poder no interior dos grupos. Construção de outras normas. Busca de expressões democráticas. A questão da democracia direta e das novas formas de representatividade.
- espaço de criatividade. Valorização do potencial criativo.

6. Sugestões alternativas no campo da assessoria

- . grupos de "elaboração": (aprofundamento de uma temática):
 - por campos específicos de atividade (ensino profissional, metodologia, saúde, etc).
 - em âmbitos regionais e/ou nacionais
- . assessoria a equipes locais (a de sempre, melhor pensada)
- . grupos de estudo para o estudo de textos (nossos ou não?)
- . assessoria/estágio (nós solicitamos ao programa uma permanência nossa para fins de aprendizagem nossa)
- . ?